



Demonstrações Financeiras Banco Bari

1º Semestre 2022

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos
S.A.

**Demonstrações financeiras
referente ao semestre findo em 30
de junho de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras semestrais em 30.06.2022, incluindo o parecer dos Auditores Independentes. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de créditos imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis. No que tange ao último, conhecido no mercado como “home equity”, ocupamos posição de destaque em âmbito nacional no volume de operações próprias, a nível do Conglomerado, com espaço para galgarmos ascensão no ranking.

Iniciativas Inovadoras

O Banco avançou em seu propósito de se consolidar como uma instituição financeira digital, com a introdução e/ou aperfeiçoamentos de várias ferramentas em diversas operações ativas e passivas, com destaque para: a) as aplicações financeiras via online (APP), que, pela funcionalidade experimentada, atingiram perto de R\$200 milhões; e b) os contratos de crédito imobiliário passaram a contar com assinaturas digitais de nossos clientes, com economias processuais relevantes;

Área Administrativa

Aplicamos uma redução das despesas administrativas em fevereiro/2022, com ênfase nas áreas de recursos humanos e marketing, que apresentavam números superdimensionados, frente ao cenário desafiante por que passamos na economia, com inflação e juros em alta, conjugado com taxa de desemprego ainda elevada, e incertezas no campo político, tendo

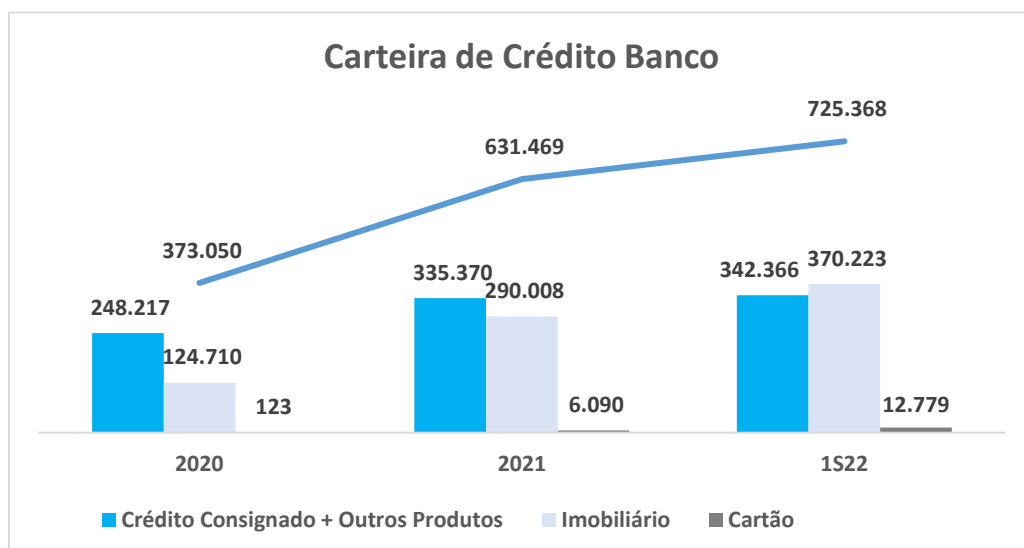
em vista eleições majoritárias marcadas para outubro próximo. Ressaltamos que tais adequações não implicaram maiores prejuízos à dinâmica operacional do Banco e do Conglomerado. As reduções de que se trata fizeram as despesas da espécie involuírem, em números globais, em 22%, no período dez-2021 a junho-2022

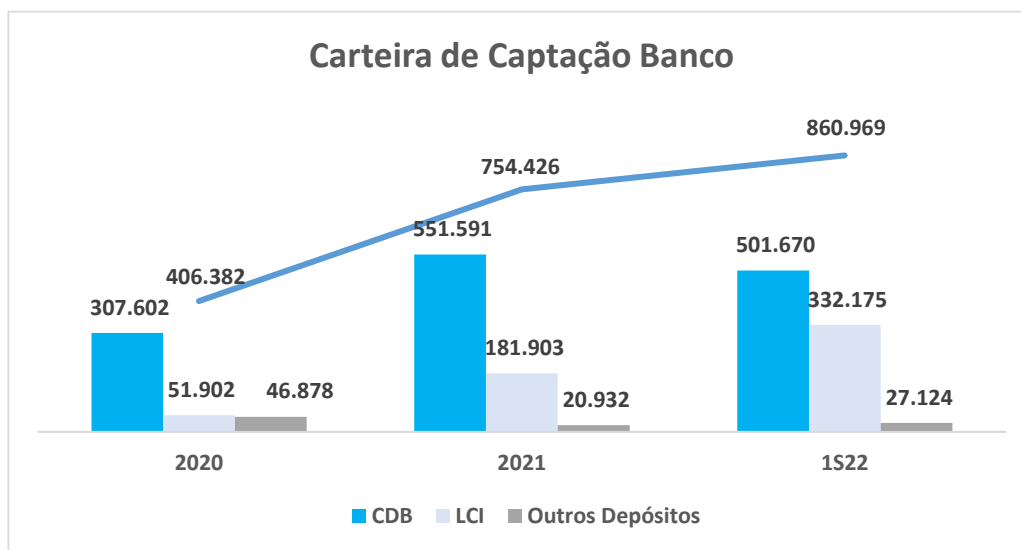
Outro aspecto que se configurou no 1º semestre do corrente exercício diz respeito a um retorno em escala controlada dos colaboradores para atividades laborais internas, trazendo maior interação ao quadro e com repercussões na produtividade. Dessa forma, convivemos em um sistema híbrido, conjugando home office e presencial, com predominância do último.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no semestre findo em 30 de junho de 2022 comparado com o alcançado em 31 de dezembro de 2021:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
a) Patrimônio Líquido:	134.215	136.500
b) Ativos de crédito:	725.368	631.469
c) Captação:	860.969	754.426
d) Índice de Basileia:	12.45%	15,03
e) Lucro líquido do exercício:	(7.111)	10.526





Conquanto o resultado acima apurado no campo de lucro líquido, temos projeções orçamentárias que mostram a reversão no segundo semestre, e previsão que fecharemos o exercício de 2022 com número positivo, , como decorrência, entre outros fatores, das medidas saneadoras implementadas e redução de dispêndios no projeto banco digital, face ao cumprimento de metas antes estabelecidas na engenharia.

Cabe realce o fato de que no primeiro semestre do corrente exercício, adotamos providências para elevar o nível de capitalização do Banco, via direta ou indireta, com emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital (ex letra financeira subordinada), por intermédio da controlada Bari Cia. Hipotecária, e aumento do capital social, cujos valores somados constituíram montante muito próximo a R\$10 milhões.

No tocante a títulos disponíveis para atender aplicadores, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme a política de distribuição de dividendos o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são direcionados através de

ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 16.d.

Gerenciamento Integrado de Riscos

O Banco conta com uma estrutura própria para o gerenciamento dos diversos riscos indicados pelas normas regulamentares, em especial aqueles descritos na Resolução CMN 4557/2017, cujas atividades estão a seguir discriminadas, ressaltando que a sociedade centraliza o controle e monitoramento do assunto de forma unificada, consoante artigo 2º, IV, § 2º, do normativo acima, envolvendo, ainda, as outras duas empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Bari, a Bari Cia. Hipotecária e a Bari Securitizadora:

- Acompanhamento mensal da carteira de crédito, captação e da evolução das provisões, trazendo os dados respectivos para apreciação da Comissão de Supervisão de Riscos;
- Monitoramento da Declaração de Appetite a Riscos (RAS);
- Controle de Originações de Crédito e Captação;
- Acompanhamento dos dados contábeis em perspectiva gerencial;
- Elaboração de Orçamento, Acompanhamento do Realizado, Controle de Despesas por Centro de Custo e Gerenciamento do Capital;
- Envio dos Cadocs DRM 2060, DLO 2160 e DLI 2062 ao regulador; e
- Gestão do ALM (Asset, Liability Management) e Exposição por indexador.

Medidas Decorrentes da Covid-19

Permanecemos com todas as cautelas necessárias, em consonância com as recomendações das áreas médicas, para preservação da saúde, física e mental, de nossos colaboradores e extensiva aos clientes, quando aplicável. De qualquer forma, tivemos reduzidos casos positivos, a caracterizar a justeza de procedimentos internos e o engajamento do quadro nos cuidados pessoais.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar que os rumos empreendidos na gestão, em período em que se apresentaram desafios de toda ordem, tanto internos como externos, vem conduzindo a instituição para um cenário que sempre perseguiu, de confiança nos seus destinos, com medidas responsáveis, eficientes e assertivas para superar as dificuldades encontradas.

Curitiba (PR), 29 de agosto de 2022.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselho de Administração e Diretores da
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		<u>320.593</u>	<u>272.098</u>	Circulante		<u>263.464</u>	<u>297.512</u>
Disponibilidades	4	<u>2.941</u>	<u>1.261</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>210.476</u>	<u>246.166</u>
Instrumentos financeiros		<u>286.523</u>	<u>240.340</u>	Depósitos		<u>126.581</u>	<u>177.052</u>
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>128.703</u>	<u>104.422</u>	Depósitos à vista	11.a	22.088	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	98.243	79.097	Depósitos a prazo	11.a	104.258	162.575
Carteira própria	5.a	30.164	2.425	Outros depósitos	11.a	235	14.477
Vinculados a compromisso de recompra	5.b	-	1.292	Obrigações por operações compromissadas	11.b	-	<u>1.291</u>
Vinculados a garantia de operações	5.c	296	21.608	Carteira própria		-	1.291
Operações de crédito	6	<u>157.820</u>	<u>135.918</u>	Recursos de aceites de emissão de títulos	11.c	<u>79.197</u>	<u>64.639</u>
Operações de crédito - setor privado		168.764	143.611	Recursos de aceites cambiais		4.711	2.603
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(10.944)	(7.693)	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		74.486	62.036
Outros ativos financeiros	7	<u>29.669</u>	<u>29.352</u>	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	<u>4.698</u>	<u>4.475</u>
Outros ativos financeiros		29.800	29.352	Instrumentos financeiros derivativos		4.698	4.475
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(131)	-	Outras obrigações		<u>52.988</u>	<u>50.055</u>
Outros ativos	8	<u>1.460</u>	<u>1.145</u>	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		458	515
Outros ativos		1.460	1.145	Sociais e estatutárias	12	37	5.360
				Fiscais e previdenciárias	13	573	982
				Diversas	14	51.920	43.198
Não circulante		<u>733.994</u>	<u>675.062</u>	Não circulante		<u>656.908</u>	<u>513.148</u>
Realizável a longo prazo		<u>630.474</u>	<u>554.708</u>	Exigível a longo prazo		<u>656.908</u>	<u>513.148</u>
Instrumentos financeiros		<u>588.755</u>	<u>527.764</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>655.191</u>	<u>511.444</u>
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>42.601</u>	<u>43.384</u>	Depósitos	11.a	<u>397.412</u>	<u>389.016</u>
Carteira própria	5.a	39.231	42.452	Depósitos a prazo		397.412	389.016
Instrumentos financeiros derivativos	5.d	3.370	932	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.c	<u>257.779</u>	<u>122.428</u>
Operações de crédito	6	<u>546.154</u>	<u>484.380</u>	Recursos de aceites cambiais		90	2.561
Operações de crédito - setor privado		556.604	487.858	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		257.689	119.867
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(10.450)	(3.478)	Outras obrigações		<u>1.717</u>	<u>1.704</u>
Créditos tributários	21	<u>40.022</u>	<u>25.734</u>	Fiscais e previdenciárias	13	1.469	1.469
Outros ativos financeiros	7	<u>580</u>	<u>710</u>	Diversas	14/15	248	235
Outros ativos financeiros		998	1.037	Patrimônio líquido	16	<u>134.215</u>	<u>136.500</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(418)	(327)	Capital	16.a	86.800	82.000
Outros ativos	8	<u>1.117</u>	<u>500</u>	De domiciliados no país		82.000	82.000
Outros ativos		1.867	1.250	Aumento de capital social (aguardando homologação)		4.800	-
Provisão para redução ao valor recuperável		(750)	(750)	Reservas de lueros		47.906	55.017
Permanente		<u>103.520</u>	<u>120.354</u>	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(491)	(517)
Investimentos		<u>70.312</u>	<u>92.209</u>				
Investimentos em participações em controladas e coligadas	9	70.309	92.206				
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		<u>1.871</u>	<u>2.089</u>				
Outras imobilizações de uso		3.478	3.549				
Depreciações acumuladas		(1.607)	(1.460)				
Intangível	10	<u>31.337</u>	<u>26.056</u>				
Ativos intangíveis		45.203	35.069				
Amortização acumulada		(13.866)	(9.013)				
Total do ativo		<u>1.054.587</u>	<u>947.160</u>	Total do passivo		<u>1.054.587</u>	<u>947.160</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira		<u>74.725</u>	<u>48.828</u>
Operações de crédito		68.613	45.007
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.e	7.140	2.054
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.e	(1.028)	1.767
Despesas da intermediação financeira		<u>(64.508)</u>	<u>(21.464)</u>
Operações de captação no mercado	11.d	(50.810)	(17.883)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(13.698)	(3.581)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>10.217</u>	<u>27.364</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(31.638)</u>	<u>(16.224)</u>
Receita de prestação de serviços	18	5.614	8.785
Despesas de pessoal		(3.580)	(2.735)
Outras despesas administrativas	20	(45.242)	(40.946)
Despesas tributárias	19	(1.640)	(2.036)
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	10.385	20.955
Outras receitas operacionais		2.917	1.318
Outras despesas operacionais		(92)	(1.565)
Resultado operacional		<u>(21.421)</u>	<u>11.140</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>(21.421)</u>	<u>11.140</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	14.310	5.829
Ativo fiscal diferido		14.310	5.829
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre		<u>(7.111)</u>	<u>16.969</u>
Quantidade de ações		82.000	50.000
(Prejuízo) Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		(0,0867)	0,3394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre	<u>(7.111)</u>	<u>16.969</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	26	(375)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	48	(682)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(22)</u>	<u>307</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(7.085)</u></u>	<u><u>16.594</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2021	50.000	-	4.723	65.664	54	-	120.441
Aumento de capital	14.a. -	32.000	-	(21.869)	-	-	10.131
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(375)	-	(375)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	16.969	16.969
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	848	12.091	-	(12.939)	-
Juros sobre capital próprio	16 -	-	-	-	-	(2.802)	(2.802)
Dividendos	16 -	-	-	-	-	(1.228)	(1.228)
Saldos em 30 de junho de 2021	50.000	32.000	5.571	55.886	(321)	-	143.136
Mutações do exercício	-	32.000	848	(9.778)	(375)	-	22.695
Saldos em 1 de janeiro de 2022	82.000	-	5.389	49.628	(517)	-	136.500
Aumento de capital (aguardando homologação)	16 -	4.800	-	-	-	-	4.800
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	26	-	26
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(7.111)	(7.111)
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	-	(7.111)	-	7.111	-
Juros sobre capital próprio	16 -	-	-	-	-	-	-
Dividendos	16 -	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2022	82.000	4.800	5.389	42.517	(491)	-	134.215
Mutações do semestre	-	4.800	-	(7.111)	26	-	(2.285)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre	(7.111)	16.969
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	5.225	2.497
Equivalência patrimonial	(10.385)	(20.955)
Resultado com instrumentos derivativos	223	(1.767)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	13.698	3.581
Provisão para outros ativos financeiros	118	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	28	56
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	(14.310)	(5.829)
Participação dos empregados	(306)	248
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(4.326)	10.391
Operações de crédito	(97.374)	(136.288)
Outros ativos financeiros	134	(8.728)
Outros ativos	(932)	(4)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Depósitos	(42.075)	132.524
Obrigações por operações compromissadas	(1.291)	-
Recursos de aceites cambiais	149.909	40.848
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	(57)	534
Obrigações sociais e estatutárias	(217)	(605)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(409)	(329)
Outras obrigações	8.707	14.174
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(751)	47.317
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	32.022	1.354
Aumento de capital em investimentos	(157)	(95)
Aquisições de imobilizado	(40)	(172)
Adições ao intangível	(10.546)	(8.170)
Alienação do imobilizado	73	-
Alienação do intangível	225	-
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos	21.577	(7.083)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(11.661)
Aumento de capital	16	10.131
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos	-	(1.530)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.826	38.704
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	80.358	30.972
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	101.184	69.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Banco aguarda um detalhamento maior por parte do regulador com as alterações necessárias para sua implementação e assim concluir a avaliação dos impactos da sua adoção.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na

divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios/semestres.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 29 de agosto de 2022.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.d e 6.b** – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco.

Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

f. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

1. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos..

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o prejuízo líquido do Banco no semestre de 2022 no montante de R\$ (7.111), (lucro líquido de R\$ 33.333 no 1º semestre de 2021), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Junho/2022	Dezembro/2021
Depósitos bancários	1.159	8
Reservas livres	1.655	1.197
Disponibilidades em moeda estrangeira	127	56
Total de disponibilidades	2.941	1.261
Operações compromissadas - Posição bancada	98.243	79.097
Letras Financeiras do Tesouro	98.243	79.097
Total de caixa e equivalentes de caixa	101.184	80.358

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Junho/2022		Dezembro/2021	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pré)	13,05% a.a.	98.243	9,15% a.a.	79.097
Total		98.243		79.097

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - Carteira própria

Junho/2022				
<u>Disponível para venda</u>	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2026	57.044	57.016	28
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	2.623	2.620	3
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	9.728	10.621	(893)
Total		69.395	70.257	(862)
Dezembro/2021				
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2026	32.712	32.844	(132)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	1.303	1.303	-
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	10.862	11.664	(802)
Total		44.877	45.811	(934)

b. Títulos e valores mobiliários – Valores vinculados a compromisso de recompra

Não há operações compromissadas para o semestre findo em 30 de junho de 2022.

Dezembro/2021				
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Debêntures	17/01/2022 a 27/01/2022	1.292	1.292	-

c. Títulos e valores mobiliários – Vinculados a garantia de operações – mantido até o vencimento

Junho/2022				
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/09/2022 a 01/03/2023	296	296	-

		Dezembro/2021		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/09/2022 a 01/03/2023	21.608	21.616	(8)

d. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos –B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI) , conforme demonstrada a seguir:

			Junho/2022		Dezembro/2021	
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
IPCA	17/06/2024	30.000	30.147	1.944	30.979	342
IPCA	16/06/2025	20.000	20.097	1.426	20.653	590
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	58.486	-	55.489	-
Total		100.000	108.730	3.370	107.121	932
Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a pagar	Valor de Mercado	Diferencial a pagar
CDI	17/06/2024	30.000	28.203	-	30.390	-
CDI	16/06/2025	20.000	18.671	-	20.310	-
CDI	01/07/2022	50.000	63.184	(4.698)	59.964	(4.475)
Total		100.000	110.058	(4.698)	110.664	(4.475)

e. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	Junho/2022	Junho/2021
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	-	50
Rendas de aplicações em operações compromissadas	3.745	691
Deságio na colocação de títulos	(538)	(346)
Resultado com títulos de renda fixa	3.933	1.659
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.028)	1.767
Total	6.112	3.821

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	Junho/2022		Dezembro/2021	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	666	0,09%	2.130	0,34%
Crédito pessoal consignado	340.877	46,99%	332.109	52,59%
Capital de giro	823	0,11%	1.131	0,18%
Cartão de crédito	12.578	1,73%	5.924	0,94%
Empréstimos com garantia	341.110	47,03%	255.944	40,53%
Outros	202	0,03%	166	0,03%
Financ. imob. empreend - aquisição	2.283	0,31%	1.990	0,32%
Financ. imob. resid. - aquisição	23.123	3,19%	28.399	4,50%
Financ. imob. resid.- construção	3.706	0,51%	3.676	0,58%
Total	725.368	100,00%	631.469	100,00%
Circulante	168.764		143.611	
Não circulante	556.604		487.858	

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	Junho/2022	Dezembro/2021
Saldo inicial semestre/exercício	(11.171)	(5.447)
Constituição líquido de reversões	(13.698)	(9.934)
Baixa para prejuízo	3.475	4.210
Saldo final semestre/exercício	<u>(21.394)</u>	<u>(11.171)</u>
Circulante	(10.944)	(7.693)
Não circulante	(10.450)	(3.478)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo 30 de junho de 2022 o montante de R\$ 988 (R\$ 870 em 31 de dezembro de 2021).

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco efetuou as seguintes operações:

- (i) refinanciadas, totalizaram R\$ 26.862 (R\$ 160.689 em 31 de dezembro de 2021); e
- (ii) renegociadas totalizam o em R\$ 12.186 (R\$ 3.999 em 31 de dezembro de 2021).

Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	Junho/2022	Dezembro/2021
Até 3 meses	40.434	38.475
De 3 meses a 12 meses	111.860	97.889
De 1 a 3 anos	230.439	202.365
De 3 a 5 anos	156.179	137.223
De 5 a 15 anos	166.150	145.549
Acima de 15 anos	<u>3.836</u>	<u>2.721</u>
Total a vencer	<u>708.898</u>	<u>624.222</u>
Vencidos	<u>16.470</u>	<u>7.247</u>
Total	<u>725.368</u>	<u>631.469</u>

b.2 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			Junho/2022		Dezembro/2021	
			Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	1.138	50.634	51.772	-	24.502	-
A	Normal	0,50%	2.763	10.446	523.301	536.510	(2.683)	501.144	(2.506)
B	Normal		-	505	65.768	66.273	(663)	67.761	(678)
	Vencido	1,00%	-	1.835	17.200	19.035	(190)	6.926	(69)
C	Normal		-	-	5.348	5.348	(160)	4.439	(133)
	Vencido	3,00%	-	2.427	15.141	17.568	(527)	10.212	(306)
D	Normal		-	-	405	405	(41)	357	(36)
	Vencido	10,00%	-	47	4.357	4.404	(440)	5.155	(515)
E	Normal		-	-	95	95	(29)	69	(21)
	Vencido	30,00%	-	765	3.430	4.195	(1.259)	3.091	(927)
F	Normal		-	1.741	81	1.822	(911)	112	(56)
	Vencido	50,00%	-	752	3.313	4.065	(2.032)	2.832	(1.416)
G	Normal		-	-	-	-	-	-	-
	Vencido	70,00%	-	-	4.723	4.723	(3.306)	1.204	(843)
H	Normal		-	-	5	5	(5)	26	(26)
	Vencido	100,00%	-	-	9.148	9.148	(9.148)	3.639	(3.639)
Total			2.763	19.656	702.949	725.368	(21.394)	631.469	(11.171)
Circulante						168.764	(10.944)	143.611	(2.243)
Não Circulante						556.604	(10.450)	487.858	(3.204)

c. Cessão de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 o Banco adquiriu créditos de terceiros, garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 562 (R\$ 133.863 em 31 de dezembro de 2021). Estas operações auferiram, renda no montante de R\$ 70 (R\$ 5.221 em 31 de dezembro de 2021). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o semestre em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 3.006 (R\$ 167.774 em 31 de dezembro de 2021). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	Junho/2022	Dezembro/2021
Circulante		
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	417	4.040
Depósitos no Banco Central	413	-
Serviços prestados a receber (d)	1.504	619
Adiantamentos e antecipações salariais	137	91
Impostos a recuperar (c)	1.021	3.779
Devedores diversos (b)	689	453
Valores a receber de sociedades ligadas	460	684
(-) Prêmio ou Desconto em operações de crédito	(49)	(152)
Títulos e créditos a receber (a)	25.208	19.942
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(131)	(104)
Total	29.669	29.352
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	562	710
Títulos e créditos a receber (a)	436	327
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(418)	(327)
Total	580	710

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 30 de junho de 2022, basicamente por: (i) R\$ 99 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 99 em 2021); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 2021) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 25.208 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 19.921 em 2021), do qual está constituído provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 131 (R\$ 104 em 2021).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 209 (R\$ 4 em 2021), (ii) carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 3 (R\$ 339 em 31 de dezembro de 2021), (iii) valores em contestação BariCard em R\$ 34 (R\$ 60 em 2021), (iv) operações a regularizar no próximo dia útil relacionado ao pix, no valor de R\$ 0 (R\$ 46 em 2021), (v) operações de boletos de depósitos a compensar no próximo dia útil no valor de R\$ 98 (não há saldos comparativos no exercício findo em dezembro de 2021), (vi) custas de consolidação de imóveis no valor de R\$ 33 (não há saldos comparativos no exercício findo em dezembro de 2021) e (vii) demais pulverizados que somam o valor de R\$ 310 (R\$ 4 em 2021).
- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2021, que estão sendo recuperadas a medida que há tributos para serem compensados.
- (d) Referem-se a rendas de coordenador líder na emissão de CRIs no semestre.

8 Outros ativos

	Junho/2022	Dezembro/2021
Circulante		
Despesas antecipadas – taxas	46	-
Despesas antecipadas – publicidade	226	-
Despesas antecipadas – reforma	92	-
Despesas antecipadas - seguros	9	6
Despesas antecipadas – Serviços técnicos especializados	360	72
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	<u>727</u>	<u>1.067</u>
Total	<u><u>1.460</u></u>	<u><u>1.145</u></u>
Não circulante		
Ativos não financeiros recebidos	1.867	1.250
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(750)</u>	<u>(750)</u>
Total	<u><u>1.117</u></u>	<u><u>500</u></u>

9 Investimentos

	Controladas			Coligada	2022 Total	2021 Total
	Bari Gestão de Recursos Ltda (a)	Bari Securitizadora S.A (b)	Bari Companhia Hipotecária (c)	CRT4 – Central de Registros de Títulos e Ativos S.A. (d)		
Informações sobre a controlada:						
Número de ações de capital	1.950.000	2.750.000	45.000.000	68.000.000	-	-
Ativo Total	3.188	6.540	379.811	47.697	-	-
Lucro (Prejuízo) do período	4.148	579	7.391	(5.798)	-	-
Patrimônio líquido:						
Capital social	1.950	2.750	45.000	68.000	-	-
Reservas de lucros	7.663	2.578	18.126	38	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	(93)	3	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	(24.066)	-	-
Informações sobre o investimento na controlada:						
Número de ações possuídas	1.320	2.723	44.550	714	-	-
Percentual de participação (%)	67,67%	99%	99%	1,05%	-	-
Movimentação dos investimentos no semestre:						
Saldo início do período	2.763	4.657	84.072	714	92.206	70.471
Aumento de capital	-	-	-	157	157	475
Dividendos	(3.517)	-	(28.922)	-	(32.439)	(7.390)
Resultado de equivalência patrimonial	2.501	535	7.349	-	10.385	28.650
Saldo final do período	<u>1.747</u>	<u>5.192</u>	<u>62.499</u>	<u>871</u>	<u>70.309</u>	<u>92.206</u>

- (a) Em 2016, o Banco, adquiriu participação societária, junto à empresa Bari Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal de cotas correspondentes a R\$ 1.320 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). A Bari Gestão, tem como objeto social a gestão de carteira de títulos e valores mobiliários.

- (b)** Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil reais) e efetuou aumento de capital no valor de R\$ 1.400 em outubro de 2020. A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (c)** Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (d)** Em julho de 2018, o Banco iniciou processo para participar acionariamente da empresa CRT4 – Central de Registro de Ativos S.A. (antiga Certa – Central de Registro de Títulos e Ativos, razão social alterada em 31/07/2020) que em como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. Este investimento é reconhecido pelo custo visto a inexistência de influência significativa.

10 Intangível

Semestre findo em 30 de junho de 2022

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2021	24.371	1.685	26.056
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2022	32.206	2.863	35.069
Adições	10.484	62	10.546
Baixas	(412)	-	(412)
Custo em 30 de junho de 2022	42.278	2.925	45.203
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2022	(7.835)	(1.178)	(9.013)
Amortização semestral	(4.731)	(302)	(5.033)
Baixas	180	-	180
Amortização em 30 de junho de 2022	(12.386)	(1.480)	(13.866)
Saldo contábil líquido: Em 30 de junho de 2022	29.892	1.445	31.337

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.040	12.581
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2021	13.804	1.745	15.549
Adições	18.402	1.206	19.608
Baixas	-	(88)	(88)
Custo em 31 de dezembro de 2021	32.206	2.863	35.069
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2021	(2.263)	(705)	(2.968)
Amortização anual	(5.572)	(473)	(6.045)
Amortização em 31 de dezembro de 2021	(7.835)	(1.178)	(9.013)
Saldo contábil líquido: Em 31 de dezembro de 2021	24.371	1.685	26.056

11 Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

a. Depósitos

Vencimento	À Vista		A Prazo		Outros Depósitos	
	Junho/2022	Dezembro/2021	Junho/2022	Dezembro/2021	Junho/2022	Dezembro/2021
Sem vencimento (a.1)	22.088	-	-	-	235	14.477
Até 3 meses	-	-	56.182	30.401	-	-
De 04 a 12 meses	-	-	48.076	132.174	-	-
Acima de 12 meses	-	-	397.412	389.016	-	-
Total	22.088	-	501.670	551.591	235	14.477
Circulante	22.088	-	104.258	162.575	235	14.477
Não Circulante	-	-	397.412	389.016	-	-

a.1) Apresentadas como “sem vencimento”, pois não existe data de vencimento contratual.

b. Obrigações por operações compromissadas

No semestre findo em 30 de junho de 2022 não haviam obrigações por operações compromissadas (R\$ 1.291 em 31 de dezembro de 2021).

c. Recursos de aceites de emissão de títulos

(i) Recursos de aceites cambiais

Junho/2022				Dezembro/2021
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
-	4.711	90	4.801	5.164
			4.711	2.603
			90	2.561

(ii) Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

Junho/2022				Dezembro/2021
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
14.056	60.430	257.689	332.175	181.903
			74.486	62.036
			257.689	119.867

d. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	Junho/2022	Junho/2021
Despesas depósitos interfinanceiros	-	(482)
Despesas depósitos a prazo	(34.400)	(12.406)
Despesas aceites cambiais	(278)	(1.666)
Despesas de operações compromissadas	(20)	(1)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(15.582)	(3.005)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(530)	(323)
Total	<u>(50.810)</u>	<u>(17.883)</u>

12 Obrigações sociais e estatutárias

	Junho/2022	Dezembro/2021
Circulante		
Dividendos a pagar	-	1.228
Juros sobre capital próprio a pagar	37	3.609
Participação nos resultados a pagar	-	523
Total	<u>37</u>	<u>5.360</u>

13 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	Junho/2022	Dezembro/2021
Circulante		
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	213	329
Impostos e contribuições s/ salários	194	216
Impostos sobre resgates depósitos a prazo	77	82
ISS	23	28
PIS	10	35
Cofins	56	215
Outros	-	77
Total	<u>573</u>	<u>982</u>
Não Circulante		
Impostos diferidos	1.469	1.469
Total	<u>1.469</u>	<u>1.469</u>

14 Outras obrigações - Diversas

	Junho/2022	Dezembro/2021
Circulante		
Despesas de pessoal	706	544
Outras provisões	4.890	4.596
Credores diversos - país (a)	46.324	38.058
Total	<u>51.920</u>	<u>43.198</u>
Não circulante		
Provisão para contingência (nota 15)	248	235
Total	<u>248</u>	<u>235</u>

(a) Referem-se a:

- (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 1.716 (R\$ 1.989 em 2021);
- (ii) contratos a liberar e compra de carteira R\$ 19.232 (R\$ 16.438 em 2021);
- (iii) Credores bandeira Elo R\$ 24.013 (R\$ 18.947 em 2021);
- (iv) Despesas acessórias a pagar R\$ 786 (R\$ 332 em 2021);

- (v) Saldo credor cartão portador R\$ 219 (R\$ 217 em 2021); e
- (vi) outros credores pulverizados R\$ 358 (R\$ 135 em 2021).

15 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 30 de junho de 2022, o Banco possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 248 (R\$ 235 em 2021), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Saldo no início do período	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo no final do período
Cíveis	141	27	(9)	(5)	154
Trabalhistas	94	-	-	-	94
Total – 30/06/2022	<u>235</u>	<u>27</u>	<u>(9)</u>	<u>(5)</u>	<u>248</u>
Total – 31/12/2021	<u>274</u>	<u>66</u>	<u>(88)</u>	<u>(17)</u>	<u>235</u>

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2022, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 1.199 (R\$ 1.003 em 2021).

O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 30 de junho de 2022, no montante de R\$ 5 (R\$ 7 em 2021).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O valor do capital social é R\$ 82.000 (oitenta e dois milhões de reais), sendo R\$ 80.360 (oitenta milhões, trezentos e sessenta reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.640 (um milhão seiscentos e quarenta mil de reais) em ações preferenciais nominativas.

Em 31 de maio de 2022, os acionistas deliberaram em AGE sobre a capitalização de dividendos destacados e juros sobre capital próprio provisionados (vide nota d), para aumento de capital no montante de R\$ 4.800, sendo R\$ 1.228 com dividendos e R\$ 3.572 com juros sobre o capital próprio, o referido aumento, encontra-se em análise pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em AGO/AGE sobre a capitalização das reservas, dividendos destacados e juros sobre capital próprio provisionados (vide nota d), para aumento de capital no montante de R\$ 32.000, sendo R\$ 21.869 com incorporação de reservas, R\$ 5.080 com dividendos e R\$ 5.051 com juros sobre o capital próprio, homologado em 29 de julho de 2021, pelo Banco Central do Brasil.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	29.089.582
Enio Fornea Junior	11,7635%	9.646.070
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	19.833.258
Antonio Bordin Neto	6,9745%	5.719.090
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.640.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	16.072.000
Total	100,0000%	82.000.000

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
*Demonstrações financeiras referente ao
semestre findo em 30 de junho de 2022*

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Vlr. Prov.	Vlr. IRRF	Vlr. Liq. Pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago período corrente	Residual a pagar	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(3.055)	(1.192)	37	Pagto parcial em 16/05/2019, 12/01/2021, 30/04/2021 e 31/05/2022 (**)	24ª AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(758)	-	-	12/01/2021	23ª AGO 30/04/2019
Dividendos propostos em 2019 (*)	991	-	991	(991)	-	-	12/01/2021	24ª AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2020 (*)	5.080	-	5.080	(5.080)	-	-	30/04/2021	25ª AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020 (*)	4.717	(708)	4.009	(4.009)	-	-	30/04/2021	25ª AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – 2021 (**)	2.800	(420)	2.380	-	(2.380)	-	31/05/2022	26ª AGO 29/04/2022
Dividendos propostos em junho 2021 (**)	1.228	-	1.228	-	(1.228)	-	31/05/2022	26ª AGO 29/04/2022
Total					(4.800)	37		

(*) Valores de dividendos e juros sobre capital pagos em 30 de abril de 2021 foram capitalizados com aumento de capital, deliberado na 25ª AGO.

(**) Valores de dividendos e juros sobre capital pagos em 31 de maio de 2022 foram capitalizados com aumento de capital, deliberado na 45ª AGE.

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	30/06/2022	31/12/2021
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(7.111)	10.526
Reserva legal (5%)	-	(666)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	-	(2.799)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	7.061
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social) (a)	-	(1.228)

- (a) A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidas devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do juros sobre capital próprio.

17 Transações entre partes relacionadas

	30/06/2022			31/12/2021		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LC, LCI e CDB (a)	(93.373)	-	(4.354)	(93.101)	-	(3.961)
Operações de crédito	172	-	-	295	-	-
Depósitos à vista	(1.481)	-	-	(328)	-	-
Remuneração administradores	-	-	(456)	-	-	(737)
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	-	-	(3.121)	-	-
Controladas (a)						
Serviços de banco liquidante	-	20	-	-	26	-
Aplicação Interfinanceira	4.134	395	-	-	-	(102)
Utilização de Estrutura Compartilhada	318	-	1.657	371	-	3.301
Depósito à vista	(4.356)	-	-	(71)	-	-
Dividendos e JCP	417	-	-	4.040	-	-
Reembolso	100	-	-	269	-	-
Despesa análise de contratos	(35)	-	(60)	-	-	-
LC e CDB (a)	(3.089)	-	(383)	(6.270)	-	(369)
Pessoas jurídicas						
Operações de crédito	4	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de software	(922)	-	(9.974)	(1.462)	-	(6.048)
Juros sobre capital próprio/dividendos	()	-	-	(1.716)	-	-
Depósitos à vista	(39)	-	-	(22)	-	-
LC, LCI e CDB (a)	(43.623)	-	(2.706)	(56.008)	-	(3.000)
Prestação de serviços administrativos e cobrança(b)	(167)	-	(937)	(1.351)	-	(17.568)
Aluguel comercial	-	-	(48)	-	-	(146)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	29	-	43	140	-	195

Informações adicionais:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S.A., para emissão de CRI no montante de R\$ 3.007 (R\$167.774 em 31 de dezembro de 2021). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- (*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda; (xxx) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.
- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A, Bari Gestão de Recursos Ltda.
- (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
- (c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor em 30 de junho de 2022 está representado por R\$ 456 (R\$ 291 em 30 de junho de 2021).

18 Rendas de prestação de serviços

	Junho/2022	Junho/2021
Rendas de comissão de colocação de títulos	2.199	6.789
Rendas com Interchange	1.711	301
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	1.429	1.614
Rendas de outros serviços	220	72
Utilização de canais de atendimento prioritário	<u>55</u>	<u>9</u>
Total	<u>5.614</u>	<u>8.785</u>

19 Despesas tributárias

	Junho/2022	Junho/2021
Despesa de PIS	(179)	(252)
Despesa de COFINS	(1.104)	(1.554)
Despesas de ISS	(171)	(100)
Outros	<u>(186)</u>	<u>(130)</u>
Total	<u>(1.640)</u>	<u>(2.036)</u>

20 Outras despesas administrativas

	Junho/2022	Junho/2021
	2	1
Despesas com serviços terceirizados (a)	(14.785)	(18.728)
Despesas de processamento de dados	(8.224)	(6.053)
Despesas com propaganda e publicidade	(6.389)	(6.309)
Despesas com amortização/depreciação	(5.225)	(2.497)
Despesa com serv. téc. especializados	(4.264)	(3.096)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(2.020)	(1.090)
Despesas de comunicação	(1.814)	(1.421)
Despesas serviço sistema financeiro	(1.489)	(628)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(233)	(178)
Despesas judiciais e cartório	(202)	(193)
Despesas de aluguel comercial	(173)	(237)
Despesas com viagens	(94)	(51)
Despesa de transporte	(58)	(41)
Despesas com acordo judicial	(22)	(99)
Despesas de seguros	(18)	(19)
Outras despesas	<u>(232)</u>	<u>(307)</u>
Total	<u>(45.242)</u>	<u>(40.947)</u>

(a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2022, correspondem ao valor de R\$ 5.452 (R\$ 9.507 em 30 de junho de 2021);
- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre findo em 30 de junho de 2022, correspondem a R\$ 1.012 (R\$ 577 em 30 de junho de 2021);

- (iii) As despesas incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2022, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 568 (R\$ 747 em 30 de junho de 2021);
- (iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre findo em 30 de junho de 2022, somam o valor R\$ 1.993 (R\$ 2.941 em 30 de junho de 2021);
- (v) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital para o semestre findo em 30 de junho de 2022, montam o valor de R\$ 4.099 (R\$ 4.635 em 30 de junho de 2021);
- (vi) As despesas incorridas a título de assessoria e consultoria para o semestre findo em 30 de junho de 2022, correspondem a R\$ 718 (R\$ 335 em 30 de junho de 2021); e
- (vii) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2022, correspondem ao montante de R\$ 943 (R\$ 296 em 30 de junho de 2021).

21 Imposto de renda e contribuição social diferido

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2022	30/06/2021
Ativo fiscal diferido	14.310	6.624
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(795)
Total imposto de renda e contribuição social	14.310	5.829

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Junho/2022	Junho/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(21.421)	11.140
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	9.640	(5.013)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições Temporárias		(3.261)
Adições Permanentes	(3)	
Exclusões:		
Equivalência	4.673	9.430
Provisões temporárias períodos anteriores	-	3.531
Juros sobre capital próprio	-	1.261
Swap	-	795
Outros	-	(12)
Imposto de Renda e Contribuição Social	14.310	-
Imposto de Renda e Contribuições Social - Diferido	14.310	5.829

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2022	Constituição	Reversão	Saldo final em 30/06/2022
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal	9.668	7.231	-	16.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.316	1.386	(97)	3.605
Provisão para contingências	58	10	-	68
Provisão MTM Swap	886	363	(917)	332
MTM Títulos e Valores Mobiliários	235	74	(87)	222
Outras provisões	318	119	(145)	292
	<u>13.481</u>	<u>9.183</u>	<u>(1.246)</u>	<u>21.418</u>
Créditos Tributários de IRPJ	<u>13.481</u>	<u>9.183</u>	<u>(1.246)</u>	<u>21.418</u>
Contribuição social				
Base negativa	7.734	5.785	-	13.519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.851	1.109	(77)	2.883
Provisão para contingências	47	8	-	55
Provisão MTM Swap	709	291	(735)	265
MTM Títulos e Valores Mobiliários	188	60	(70)	178
Outras provisões	255	95	(116)	234
	<u>10.784</u>	<u>7.348</u>	<u>(998)</u>	<u>17.134</u>
Créditos Tributários de CSLL	<u>10.784</u>	<u>7.348</u>	<u>(998)</u>	<u>17.134</u>
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	<u>24.265</u>	<u>16.531</u>	<u>(2.244)</u>	<u>38.552</u>

As diferenças temporárias relativas às:

- (i) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até o encerramento do exercício de 2025;
- (ii) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros, classificado em outras provisões, tem sua expectativa de realização ao final do exercício de 2025;
- (iii) Outros ativos sem característica de concessão de crédito, classificado em outras provisões, tem expectativa de realização ao encerramento do exercício de 2024 e 2025, respectivamente;
- (iv) Marcação a Mercado para derivativos (ativos e passivos), as realizações ocorrerão em junho/2023, junho/2024 e junho/2025, de acordo com os vencimentos dos respectivos contratos de SWAP;
- (v) Provisões para perdas sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, com expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2025;
- (vi) Marcação a Mercado para Títulos e Valores mobiliários, com reflexo no Patrimônio Líquido, tem expectativa de realização na sua totalidade em 2025, de acordo com os vencimentos dos papéis com essa característica e,
- (vii) Prejuízo Fiscal está com expectativa de realização do saldo acumulado até 30 de junho de 2022, sendo: 15% para o exercício 2023, 35% para o exercício de 2024 e 50% para o exercício de 2025.

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em junho de 2022 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	2023	2024	2025	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferença Temporária	5.372	5.773	10.273	21.418
Valor Presente	4.689	4.399	7.828	16.916
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferença Temporária	4.297	4.618	8.219	17.134
Valor Presente	3.751	3.519	6.263	13.533

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 114,56%.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 e no exercício de 31 de dezembro de 2021.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 1.469 em 30 de junho de 2022 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (não há saldos comparativos em 30 de junho de 2021).

22 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 30 de junho de 2022 atingiu 12,45% representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	Junho/2022	Dezembro/2021
Patrimônio de referência	<u>103.269</u>	<u>111.629</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>12,45</u>	<u>15,03</u>

23 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as

atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico <https://bancobari.com.br/gerenciamento-riscos>

* * *

Diretoria

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor Superintendente

Mateus Vargas Fogaça
Diretor Executivo

Eduardo Zagonel Neves
Diretor Executivo

Henrique Lopes Weber
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Responsável Técnica

Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2



@bancobari



/bancobari



/bancobari



@banco_bari



bancobari.com.br



Avenida Sete de Setembro, 4781 | Sala 2
Água Verde | Curitiba-PR

banco
bari.